



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora  
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima s/nº – Cambéba – Fortaleza – Ceará – CEP 60830-120  
DDD (0\*\*85) Telefone: 3207-7178 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: [corregedoria@tjce.jus.br](mailto:corregedoria@tjce.jus.br)

**Inspeção realizada na 1ª Vara de Boa Viagem/CE**

# **RELATÓRIO**

**Portaria nº 59/2019/CGJCE**

**Corregedor Geral da Justiça:**  
Desembargador Teodoro Silva Santos

**Juiz Corregedor Auxiliar:**  
Dr. Ernani Pires Paula Pessoa Júnior

<b>1 IDENTIFICAÇÃO DA INSPEÇÃO</b> (dados coletados do FICOVI)	
Processo	<b>8502633-98.2019.8.06.0026</b>
Unidade	<b>1ª Vara da Comarca de Boa Viagem</b>
Entrância	<b>Intermediária</b>
Endereço	<b>Rua Raimundo Pereira Batista, s/n, Bairro Padre Paulo, Boa Viagem (Fórum Des. Júlio Carlos de Miranda Bezerra)</b>
Período da Inspeção	<b>24 e 25/09/19</b>
Portaria	<b>59/2019 (DJe de 28/06/2019)</b>

<b>2 DO MAGISTRADO – DADOS FUNCIONAIS E PESSOAIS</b> (dados coletados do FICOVI)	
Nome: <b>Dr. Carlos Henrique Neves Gondim</b>	Matrícula: <b>10258</b>
<b>(X) Juiz de Direito</b> ( ) Juiz Substituto <b>(X) Titular</b> ( ) Respondendo	
Ingresso na Magistratura: <b>05/07/2013</b>	Ingresso na Vara: <b>27/01/2015</b>
Exercício cumulativo: <b>(X) Sim</b> ( ) Não	Quais? <b>Vara Única da Comarca de Pedra Branca</b>
O Magistrado reside na Comarca?	<b>(X) Sim</b> ( ) Não
O Magistrado estava presente nos dias da inspeção?	<b>(X) Sim</b> ( ) Não
O Magistrado exerce a função de Diretor do Fórum?	<b>(X) Sim</b> ( ) Não
O Magistrado exerce a função administrativa (CEJUSC, COMAN, Distribuição, Vice-Diretor)?	( ) Sim <b>(X) Não</b> Qual?
O Magistrado exerce a Jurisdição Eleitoral?	( ) Sim <b>(X) Não</b>
O Magistrado exerce a função de magistério?	( ) Sim <b>(X) Não</b> Se sim, em qual instituição? Qual a frequência?

<b>3 SECRETARIA – QUADRO DE PESSOAL</b> (dados coletados do FICOVI)		
<b>3.1 ANALISTAS JUDICIÁRIOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>0</b>
<b>3.2 OFICIAIS DE JUSTIÇA</b>	<b>TOTAL</b>	<b>0</b>
<b>3.3 TÉCNICOS JUDICIÁRIOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1</b>
<b>Evânio Leitão Machado da Silva</b>		
<b>3.4 AUXILIARES JUDICIAIS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1</b>
<b>Ricardo José Nascimento Nogueira</b>		
<b>3.5 CEDIDOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>7</b>
<b>Francisco Fábio de Melo Pereira</b>		
<b>Renato Neto Ramalho Sousa</b>		
<b>Francisca Cleidiana Cunha de Sousa</b>		

<b>Carlos Alberto Queiroz</b>		
<b>Marcos Carles Diniz Vieira</b>		
<b>Ana Sheila Ferreira Rodrigues</b>		
<b>Débora Lima Vieira Rodrigues</b>		
<b>3.6</b>	<b>ESTAGIÁRIOS</b>	<b>TOTAL</b>
		<b>0</b>
<b>3.7 ASSISTENTE</b>		
<b>Felipe Monteiro de Castro</b>		
<b>3.8</b>	<b>SUPERVISOR</b>	
<b>Kaio Alexander Fragoso Secundino</b>		

<b>4 DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA (dados coletados do FICOVI)</b>	
Nome: <b>Dra. Alessandra Akemi Oyamaguchi</b>	Ingresso na Vara: <b>21/08/2015</b>
<input checked="" type="checkbox"/> <b>Titular</b> <input type="checkbox"/> Respondendo	
Responde por outras Comarcas? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> <b>Não</b>	Quais?

<b>5 DA DEFENSORIA PÚBLICA – NÃO HÁ NA COMARCA (dados coletados do FICOVI)</b>	
Nome:	Ingresso na Vara:
<input type="checkbox"/> Titular <input type="checkbox"/> Respondendo	
Responde por outras Comarcas? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Quais?

<b>6 DA UNIDADE JUDICIÁRIA (dados coletados junto a Unidade Inspeccionada)</b>	
Competência:	
<input checked="" type="checkbox"/> <b>Jurisdição Cível</b>	
<input checked="" type="checkbox"/> <b>Comum</b> <input type="checkbox"/> Família <input type="checkbox"/> Sucessões <input type="checkbox"/> Registros Públicos	
<input type="checkbox"/> Recuperações de Empresas e Falências <input type="checkbox"/> Fazenda Pública	
<input type="checkbox"/> Outra, qual?	
<input checked="" type="checkbox"/> <b>Jurisdição Criminal</b>	
<input type="checkbox"/> Comum <input checked="" type="checkbox"/> <b>Júri</b> <input type="checkbox"/> Auditoria Militar	
<input checked="" type="checkbox"/> <b>Execução Penal</b> <input type="checkbox"/> Delitos de Tráfico de Drogas <input type="checkbox"/> Delitos de ORCRIM	
<input checked="" type="checkbox"/> <b>Corregedoria dos Presídios</b> <input checked="" type="checkbox"/> <b>Execução de Penas e Medidas Alternativas</b>	
<input type="checkbox"/> Outra, qual?	
<input checked="" type="checkbox"/> <b>Jurisdição Especializada</b>	
<input type="checkbox"/> Execução Fiscal <input type="checkbox"/> Crimes contra a ordem tributária <input checked="" type="checkbox"/> <b>Infância e Juventude</b>	
<input checked="" type="checkbox"/> <b>Juizado Cível</b> <input checked="" type="checkbox"/> <b>Juizado Criminal</b> <input type="checkbox"/> Juizado da Fazenda Pública	
<input type="checkbox"/> Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher <input type="checkbox"/> Turma Recursal	
<input type="checkbox"/> Outra, qual?	
<b>6.1 ESTRUTURA FÍSICA E CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL</b>	
O espaço é adequado e suficiente para o desenvolvimento das atividades do juízo?	
<input checked="" type="checkbox"/> <b>Sim</b> <input type="checkbox"/> Não	

Possui acessibilidade? <input checked="" type="checkbox"/> <b>Sim</b> ( ) Não	
Estrutura física: ( ) Ótima <input checked="" type="checkbox"/> <b>Boa</b> ( ) Regular ( ) Péssima	
Reclamações/constatações:	
<b>6.2 MOBILIÁRIO</b>	
Mobiliário:	<input checked="" type="checkbox"/> <b>Suficiente</b> ( ) Insuficiente
Estado de conservação do mobiliário?	<input checked="" type="checkbox"/> <b>Bom</b> ( ) Regular ( ) Péssimo
Reclamações/constatações:	
<b>6.3 EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA</b>	
Equipamentos à disposição:	<input checked="" type="checkbox"/> <b>Suficiente</b> ( ) Regular ( ) Insuficiente
Reclamações/constatações:	
<b>6.4 MATERIAL DE EXPEDIENTE</b>	
Há falta de material de expediente?	( ) Sim <input checked="" type="checkbox"/> <b>Não</b>
Reclamações/constatações:	

<b>7 DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS</b> (dados coletados do FICOVI)	
Quantos processos administrativos estão em curso na unidade:	<b>64</b>
Quantos processos administrativos disciplinares estão em curso na unidade	<b>0</b>
Processos são cadastrados no CPA	<input checked="" type="checkbox"/> <b>Sim</b> ( ) Não

<b>8 DA DISTRIBUIÇÃO</b> (dados coletados do FICOVI)	
Há servidor específico para realizar a distribuição dos processos?	( ) Sim ( ) Não
Há ações pendentes de distribuição?	( ) Sim ( ) Não
Se sim, quanto ações estão pendentes de distribuição	

<b>9 DAS CUSTAS FINAIS</b> (dados coletados do FICOVI)	
Há controle da cobrança das custas finais? (inclusive em processos arquivados)	( ) Sim ( ) Não
Como é feito?	

<b>10 SISTEMAS PROCESSUAIS UTILIZADOS NA VARA</b> (dados coletados junto a Unidade Inspeccionada)	
Processos Físicos	<input checked="" type="checkbox"/> <b>SAJ Físico</b>
Processos Digitais	<input checked="" type="checkbox"/> <b>SAJPG</b> ( ) PJe
Data prevista para digitalização: <b>agosto/2020</b>	

<b>11 DO ACERVO PROCESSUAL</b> (dados extraídos do relatório estatístico da Unidade Judiciária no período de 16 a 18/09/2019)	
Acervo: <b>1.741 processos</b>	
Acervo na última inspeção – realizada em 16/10/2017: <b>2.187 processos</b> (processo nº 8503381-04.2017.8.06.0026)	
<input checked="" type="checkbox"/> <b>Diminuiu</b> ( ) Aumentou	Diferença: <b>446 processos</b>

<b>12 PRODUTIVIDADE</b> (dados extraídos do relatório estatístico da Unidade Judiciária no período de 16 a 18/09/2019)	
<b>12.1 Gestão de desempenho (Ano: 2019 – sistema SEI)</b>	
Processos novos	<b>357</b>
Processos pendentes de julgamento	<b>1292</b>
Processos julgados	<b>397</b>

Processos pendentes de baixa	1741	
Processos baixados	395	
<b>12.2 Gestão do acervo (Agosto/2019 – sistema SEI)</b>		
Processos conclusos para sentença	69	
Processos julgados e não baixados	454	
Suspenso	408	
Reativado no mês	13	
Transitado no mês	73	
Em grau de recurso no mês	2	
Remetido a outro foro no mês	3	
Decisão interlocutória no mês	37	
Despacho no mês	188	
Expediente no mês	2471	
Arquivados definitivamente no mês	101	
Processos entrados no mês	49	
Processos julgados no mês	41	
<b>12.3 Processos prioritários</b>		
Idoso	Pendente de Julgamento	43
	Pendente de Baixa	50
Réu preso	Pendente de Julgamento	13
	Pendente de Baixa	15
Menor	Pendente de Julgamento	1
	Pendente de Baixa	1
<b>12.4 Gestão de tempo e qualidade (Agosto/2019 – sistema SEI)</b>		
Última distribuição ao julgamento (em dias)	40	
Julgamento a Baixa (em dias)	168	
Índice de processos com assunto cadastrado	99,78%	
Índice de conformidade de classe (CNJ)	99,74%	

<b>13 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DO MAGISTRADO</b>				
MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DO MAGISTRADO CARLOS HENRIQUE NEVES GONDIM EM TODAS AS UNIDADES, DE 07/2018 A 08/2019 (12 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	ACORDOS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES	DESPACHOS
<b>1679</b>	<b>184</b>	<b>853</b>	<b>907</b>	<b>4103</b>
MÉDIA MENSAL DE PROCESSOS E ATOS JURISDICIONAIS DO MAGISTRADO CARLOS HENRIQUE NEVES GONDIM EM TODAS AS UNIDADES, DE 07/2018 A 08/2019 (12 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	ACORDOS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES	DESPACHOS
<b>139,92</b>	<b>15,33</b>	<b>71,08</b>	<b>75,58</b>	<b>341,92</b>

<b>14 SITUAÇÃO GERAL</b> (dados coletados do FICOVI)	
<b>14.1 PROCESSOS CONCLUSOS</b>	
Para Sentença	23
Para Decisão	3
Para Despacho	85
Liminares Pendentes de análise	8
É feito algum controle em processos no qual é postergada a apreciação de pedido liminar para período após a apresentação de manifestação pela parte requerida?	( ) Sim ( ) Não
Se sim, como é feito esse controle?	
<b>14.2 PROCESSOS PARALISADOS</b> (dados extraídos do relatório estatístico da Unidade Judiciária no período de 16 a 18/09/2019 – fls. 11/13)	
Quantidade dos processos conclusos paralisados entre 101 e 180 dias	176

Quantidade dos processos conclusos paralisados entre 181 e 360 dias	<b>94</b>
Quantidade dos processos conclusos paralisados há mais de 360 dias	<b>324</b>
Total	<b>594</b>
<b>14.3 PROCEDIMENTOS</b> (dados extraídos do relatório estatístico da Unidade Judiciária no período de 16 a 18/09/2019)	
Entrados no mês	<b>26</b>
Arquivados	<b>29</b>
<b>14.4 PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS</b> (dados extraídos do relatório estatístico da Unidade Judiciária no período de 16 a 18/09/2019)	
Pendentes	<b>133</b>
<b>14.5 CARTAS PRECATÓRIAS</b> (dados extraídos do relatório estatístico da Unidade Judiciária no período de 16 a 18/09/2019)	
Pendentes	<b>44</b>

<b>15 AUDIÊNCIAS – ÚLTIMOS 12 MESES</b> (dados extraídos do relatório estatístico da Unidade Judiciária no período de 16 a 18/09/2019)	
Audiências agendadas	<b>564</b>
Audiências realizadas	<b>483</b>
Audiências não realizadas	<b>41</b>
Audiências canceladas/redesignadas	<b>78</b>
Processos aguardando a designação de audiências	<b>0</b>
Audiências de custódia realizadas	<b>2</b>
Audiência designada com a data mais distante	<b>24/08/44</b>

<b>16 TRIBUNAL DO JURI</b> (dados coletados junto ao FICOVI)	
Quantidade de Processos	<b>82</b>
Juris realizados (últimos 12 meses)	<b>22</b>
Juris pendentes de realização	<b>11</b>
Processos aguardando a designação de data para realização do Juri	<b>0</b>
Processos inseridos na Meta ENASP (ações penais de crimes dolosos contra a vida iniciadas até 31/12/12 e que não haviam sido julgadas até 31/10/16, excluídas as suspensas)	<b>49</b>

<b>17 AVALIAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE METAS</b> (dados extraídos do relatório estatístico da Unidade Judiciária no período de 16 a 18/09/2019)	
<b>17.1 Taxa de Congestionamento (Meta 2019: 70,80%)</b>	
Na última inspeção realizada pela CGJCE (10/2017)	<b>Não informado em relatório</b>
2019	<b>75,08%</b>
<b>17.2 Índice de Atendimento à Demanda – IAD (Meta 2019: 124%)</b>	
2018	<b>97,24%</b>
2019	<b>110,64%</b>
<b>17.3 Meta 1 (Meta 2019 &gt; 100%)</b>	
2018	<b>96,20%</b>
2019	<b>111,20%</b>
<b>17.4 Meta 2 (Meta 2019: 80%)</b>	
Total de Processos em Janeiro/2019	<b>201</b>
Total de processos pendentes de julgamento em Agosto/2019	<b>140</b>
Total de processos julgados	<b>61</b>
2019 – Percentual de Atingimento	<b>30,00%</b>
Total de processos a serem julgados até dezembro para cumprir a meta 2019	<b>100</b>
<b>17.5 Meta 4 (Meta 2019: 70%)</b>	

Total de Processos em Janeiro/2019	2
Total de processos pendentes de julgamento em Agosto/2019	2
Total de processos julgados	0
2019 – Percentual de Atingimento	0,00%
Total de processos a serem julgados até dezembro para cumprir a meta 2019	2
<b>17.6 Meta 6 (Meta 2019: 60%)</b>	
Total de Processos em Janeiro/2019	3
Total de processos pendentes de julgamento em Agosto/2019	2
Total de processos julgados	1
2019 – Percentual de Atingimento	33,33%
Total de processos a serem julgados até dezembro para cumprir a meta 2019	1

<b>18 GERENCIAMENTO DE PROCESSOS</b> (dados coletados junto a Unidade Inspeccionada)	
<b>18.1 NA SECRETARIA</b>	
<b>Gestão Estratégica</b>	
Com que frequência são verificados os processos com prazos excedidos?	<input type="checkbox"/> diária <input checked="" type="checkbox"/> <b>semanal</b> <input type="checkbox"/> quinzenal <input type="checkbox"/> mensal <input type="checkbox"/> não é feito controle.
É feito um monitoramento nos processos prioritários?	<input checked="" type="checkbox"/> <b>sim</b> <input type="checkbox"/> não <u>Explique:</u> <b>Há a determinação de observação nos processos de infância e presos provisórios, idosos e metas através de uma identificação visual com tarjas para fácil identificação e priorização.</b>
É feito um acompanhamento do tempo de prisão dos presos provisórios e definitivos?	<input checked="" type="checkbox"/> <b>sim</b> <input type="checkbox"/> não <u>Explique:</u>
<b>Gestão de Processo de Trabalho</b>	
Os processos conclusos são imediatamente remetidos ao Gabinete?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> <b>não</b> <u>Explique:</u> <b>Há uma divisão dos tipos de conclusão. Os processos conclusos para despacho de movimentação simples e iniciais são previamente minutados pelo supervisor e os processos complexos, de análise meritória, saneamento e sentenças são remetidos diretamente ao gabinete.</b>
A divisão do trabalho é feita:	<input type="checkbox"/> por dígito do processo <input type="checkbox"/> por matéria <input checked="" type="checkbox"/> <b>por tarefa/caixas.</b>
Os servidores realizam atos ordinatórios?	<input checked="" type="checkbox"/> <b>sim</b> <input type="checkbox"/> não
Como é feita a abertura de Malote Digital	<input checked="" type="checkbox"/> <b>servidor específico</b> <input type="checkbox"/> revezamento

Há uma rotina específica para a cobrança de autos com carga?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <b>Periodicidade:</b> Através do gerencial da Vara, identifica-se os processos em carga com prazo excedido, realizando-se, ato contínuo, ofício de intimação dos advogados para devolução dos autos.
Há uma rotina específica para a cobrança de cartas precatórias sem cumprimento?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <b>Periodicidade:</b> Os processos, quando remetida carta precatória, são colocados em prateleira específica para fácil observação da extrapolação dos prazos. Há também, em fase de implantação, uma rotina quinzenal de observação dos prazos excedidos.
Há uma rotina específica para cobrança de mandados pendentes de cumprimento?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <b>Periodicidade:</b> Há uma alocação física dos processos aguardando devolução de mandado, para que, observada o decurso do tempo, possa se realizar a cobrança da devolução.
É utilizado o BNMP 2.0?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Existe algum problema (demora) no cumprimento de mandados de prisão?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
Quantidade de Mandados pendentes de cumprimento:	<b>São 47 mandados de prisão de réus foragidos e 75 de réus condenados, expedidos para o cumprimento da pena.</b>
Há presos cumprindo prisão provisória ou definitiva na Delegacia?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
Há dificuldades na condução de presos para as audiências?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não <b>Explique:</b> Os presos são encaminhados para audiências de custódia através do envio de e-mail solicitando a apresentação do preso em data e hora designadas pelo juízo.
Há processos prontos para realização de Sessão do Tribunal do Júri?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Quanto? <b>12</b>
O aprazamento de audiências preliminares do Juizado Criminal é feito com o auxílio da delegacia?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Por que?
O agendamento de audiências é feito na Secretaria?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não <b>Explique:</b> O assessor realiza o agendamento das audiências.
Há conciliador nomeado?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não <b>Explique:</b> Utiliza-se o CEJUSC
Conciliador é servidor efetivo?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não, trabalha no CEJUSC uma servidora cedida do Município
Há demora na realização de perícias?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <b>Explique:</b> Há demora na realização de perícias, sobretudo na entrega dos laudos.



A Secretaria adota alguma boa prática que merece ser destacada?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> <b>não</b> <u>Explique:</u>
A unidade possui todos os livros obrigatórios (art. 33, Prov. n 01/2007)	<input checked="" type="checkbox"/> <b>sim</b> <input type="checkbox"/> Não
<b>Gestão de Pessoas</b>	
O Magistrado estabelece alguma meta para ser cumprida pela Secretaria?	<input checked="" type="checkbox"/> <b>sim</b> <input type="checkbox"/> Não
O Magistrado realiza reuniões periódicas para avaliação das rotinas de trabalho / resultados?	<input checked="" type="checkbox"/> <b>sim</b> <input type="checkbox"/> não <u>Explique:</u> <b>Há um acompanhamento constante da realização dos expedientes feitos.</b>
Quantos servidores trabalham na Secretaria e quantos são bacharéis em direito:	<b>9 servidores na Secretaria</b>
<b>Satisfação do Cliente</b>	
Como é feito o atendimento ao público?	<input checked="" type="checkbox"/> <b>servidor específico</b> <input checked="" type="checkbox"/> <b> revezamento</b>
Existe livro próprio para anotação das reclamações feitas?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> <b>Não</b>
Foi realizada alguma reclamação no último ano?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> <b>Não</b>
É feita alguma análise das reclamações efetivadas?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> <b>Não</b>
<b>18.2 NO GABINETE</b>	
<b>Gestão Estratégica</b>	
Os processos com prioridade e urgência são analisados com que frequência?	<input checked="" type="checkbox"/> <b>diária</b> <input type="checkbox"/> semanal <input type="checkbox"/> quinzenal <input type="checkbox"/> mensal <input type="checkbox"/> não é feito controle
Existe algum critério na ordem de julgamentos?	<input checked="" type="checkbox"/> <b>sim, qual? Priorização dos processos de réus presos, infância, idosos, metas do CNJ.</b> <input type="checkbox"/> não, por que?
Há planejamento/controlado de prazos para prolação de sentenças?	<input checked="" type="checkbox"/> <b>sim</b> <input type="checkbox"/> não, por que?
Há plano de gestão na Vara?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> <b>não, por que? Não houve alteração do cargo de supervisor, que encontra-se no momento redistribuindo competências e atribuições na tentativa de criar um plano efetivo de realização de expedientes.</b>
O grupo de descongestionamento foi na unidade nos últimos 12 meses?	<input checked="" type="checkbox"/> <b>sim, período: fevereiro de 2018</b> <input type="checkbox"/> não
<b>Gestão de Processo de Trabalho</b>	
A divisão de trabalho é feita:	<input checked="" type="checkbox"/> <b>por ato judicial (despacho, decisão, sentença)</b> <input type="checkbox"/> por classe processual (matéria)
Há espaço físico ou virtual distinto para controle dos processos prioritários?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> <b>não</b>

Há espaço físico ou virtual distinto para controle dos processos suspensos?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
O Magistrado adota alguma boa prática que mereça ser destacada?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <b>Explique: Implantação de acompanhamento do andamento processual dos feitos através de vistorias constantes, separadas por matéria, de forma que se possa sempre realizar uma tramitação mais célere dos processos.</b>
É realizada pesquisa de endereço / bens do devedor através do Sistema da Receita Federal – InfoJud?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?
É realizado pedido de bloqueio de bens através do Sistema BacenJud?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?
O Sistema RenaJud é utilizado, assim como o SerasaJud?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?
O Sistema SIEL (do TRE) é utilizado?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
O Infoseg é utilizado?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?
O Sistema de Audiência de Custódia (SISTAC) é utilizado?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?
<b>Gestão de Pessoas</b>	
Há Assistente designado?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
O(a) assistente é servidor efetivo?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
À exceção do(a) Assistente, tem servidores ou estagiários auxiliando o Magistrado no gabinete?	<input type="checkbox"/> sim, quantos? <input checked="" type="checkbox"/> não
O Magistrado estabelece alguma meta de produtividade a ser cumprida no Gabinete?	<input checked="" type="checkbox"/> sim, qual? <b>Cumprimento de metas de acordo com o número de processos conclusos por mês, variando de acordo com o número de processos pendentes de julgamento.</b> <input type="checkbox"/> não
O Magistrado realiza reuniões periódicas para acompanhamento e avaliação das rotinas de trabalho / reavaliação / resultados?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?

## 19 PROJETOS (dados coletados junto a Unidade Inspeccionada)

### 19.1 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE VIDEO CONFERÊNCIA

Possui estrutura (câmera e sistema) para realização da videoconferência:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Possui sala específica para a videoconferência?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Cadastro no SIMAVI foi realizado:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Já realizou audiência por videoconferência:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

## 20 NORMATIVOS IMPORTANTES (dados coletados junto a Unidade Inspeccionada)

Normativo	Conteúdo	Aplicação
Provimento	Disciplina o recolhimento, destinação,	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

Conjunto n° 02/2019/ PRES/CGJ-CE	controle e aplicação de valores oriundos de prestação pecuniária imposta em sede de transação penal e como condição da suspensão do processo, de acordo com a Resolução n° 154, de 13 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça.	
Provimento n° 01/2019/CGJCE	Define os atos ordinatórios a serem praticados de ofício pelas Secretarias das Unidades Judiciais para efetividade do disposto no art. 93, inciso XIV, da Constituição Federal, c/c o artigo 203, § 4°, do Código de Processo Civil.	<input checked="" type="checkbox"/> <b>Sim</b> ( ) Não
Provimento n° 22/2018/CGJCE	Determina a utilização do Sistema de Automação do Judiciário (SAJ/PG) para a prolação de sentenças.	<input checked="" type="checkbox"/> <b>Sim</b> ( ) Não
Provimento n° 17/2018/CGJCE	Estabelece os critérios e define o procedimento da Inspeção Judicial Anual a ser adotado no âmbito do Primeiro Grau de Jurisdição do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, sob os auspícios do art. 39, Lei n° 16.397/2017, e da Recomendação CNJ n° 12/2013 e regulamenta as disposições pertinentes.	<input checked="" type="checkbox"/> <b>Sim</b> ( ) Não
Provimento n° 08/2018/CGJCE	Autoriza os magistrados dos juizados especiais criminais e os demais juízes com competência criminal do Ceará a receber, mandar distribuir e processar os Termos Circunstanciados de Ocorrência - TCO para o fim de deflagrar procedimento de natureza penal, lavrado por qualquer agente público regularmente investido na função de policiamento (art. 69, Lei 9099/95), a exemplo dos policiais militares, policiais rodoviários federais, escrivães e inspetores de Polícia Civil.	<input checked="" type="checkbox"/> <b>Sim</b> ( ) Não
Provimento n° 06/2018/CGJCE	Estabelece para remessa de processos por declínio de competência entre os sistemas utilizados nas Unidades Judicial do Estado do Ceará.	<input checked="" type="checkbox"/> <b>Sim</b> ( ) Não
Provimento n° 09/2017/CGJCE	Dispõe sobre a gestão e a fiscalização judiciárias exercidas pelos juízes criminais, em comarcas onde houver cadeias públicas passíveis de interdição.	( ) Sim <input checked="" type="checkbox"/> <b>Não</b>
Provimento n° 09/2017/CGJCE	Dispõe sobre a alienação antecipada de bens apreendidos em procedimentos criminais e dá outras providências.	<input checked="" type="checkbox"/> <b>Sim</b> ( ) Não
Provimento n° 02/2017/CGJCE	Dispõe sobre a fiscalização da situação processual dos presos provisórios pelos Juízes de Direito das unidades judiciárias com competência criminal do Poder Judiciário do Estado do Ceará.	<input checked="" type="checkbox"/> <b>Sim</b> ( ) Não
Provimento n° 05/2016/CGJCE	Dispõe sobre a obrigatoriedade da escoreita e completa alimentação dos dados de qualificação e histórico da parte passiva em	<input checked="" type="checkbox"/> <b>Sim</b> ( ) Não

	feitos de natureza criminal no âmbito da 1ª Instância do Poder Judiciário do Estado do Ceará, e dá outras providências.	
Provimento nº 14/2019/CGJCE	Dispõe sobre os procedimentos relativos ao recambiamento de presos e a solicitação de escolta para acompanhar detentos a audiências dentro do Estado do Ceará.	<b>(X) Sim</b> ( ) Não

## **21 PROCESSOS INSPECIONADOS**

### **21.1 PROCESSOS PARALISADOS HÁ MAIS DE 100 DIAS**

Processos em andamento: **594, segundo dados extraídos do relatório estatístico da Unidade Judiciária no período de 16 a 18/09/2019.**

<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0000135-41.2005.8.06.0051	Vistos em inspeção. Ação de execução fiscal ajuizada em 03/11/2005. Processo paralisado desde 16/01/2019, após emissão de despacho judicial. À Secretaria da Vara, para cumprir a deliberação judicial.
0008819-32.2017.8.06.0051	Vistos em inspeção. Ação anulatória de laudêmio ajuizada em 24/03/2017. Processo paralisado desde 11/03/2019, após emissão de despacho judicial. À Secretaria da Vara, para cumprir a deliberação judicial.
0000351-45.2018.8.06.0051	Vistos em inspeção. Ação de busca e apreensão ajuizada em 16/08/2018. Processo paralisado desde 22/02/2019, após a juntada de auto de vistoria de veículo. Ao Juiz da Vara, para prosseguimento do feito.
0006632-47.2000.8.06.0051	Vistos em inspeção. Ação de execução ajuizada em 08/05/1995. Processo paralisado desde 25/06/2018, após emissão de despacho judicial. À Secretaria da Vara, para cumprir a deliberação judicial.
0007821-60.2000.8.06.0051	Vistos em inspeção. Ação de execução ajuizada em 17/10/1989. Processo paralisado desde 25/06/2018, após emissão de despacho judicial. À Secretaria da Vara, para cumprir a deliberação judicial.

### **21.2 CARTAS PRECATÓRIAS**

Processos em andamento: **44, segundo dados extraídos do relatório estatístico da Unidade Judiciária no período de 16 a 18/09/2019.**

<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0002067-73.2019.8.06.0051	Vistos em inspeção. Carta precatória recebida em 17/01/2019. Ordenado o cumprimento do ato deprecado em 18/01/2019. Expediente encaminhado à COMAN em 29/01/2019. À Secretaria da Vara, para cobrar o cumprimento e a devolução do expediente.
0002948-50.2019.8.06.0051	Vistos em inspeção. Carta precatória recebida em 05/07/2019. Ordenado o cumprimento do ato deprecado em 05/07/2019. Expediente encaminhado à COMAN em 11/07/2019. À Secretaria da Vara, para cobrar o cumprimento e a devolução do expediente.
0000959-42.2018.8.06.0051	Vistos em inspeção. Carta precatória recebida em 30/11/2018. Ordenado o cumprimento do ato deprecado em 17/12/2018, verificando-se dificuldade no cumprimento do expediente encaminhado à COMAN no dia 19/12/2018, em razão da aposentadoria do Oficial de Justiça do Juízo. Reenvio do expediente à COMAN em 15/08/2019. À Secretaria da Vara, para cobrar o cumprimento e a devolução do expediente.

**21.3 PROCESSOS ATINENTES AO ESTATUTO DO IDOSO**

Processos em andamento: **50, segundo dados extraídos do relatório estatístico da Unidade Judiciária no período de 16 a 18/09/2019.**

<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0006974-67.2014.8.06.0051	Vistos em inspeção. Ação de cumprimento de sentença judicial ajuizada em 29/09/2014. Processo movimentado em 23/09/2019, quando foi prolatada decisão interlocutória acolhendo impugnação de cálculos e determinação de realização nova atualização do valor exequendo pela Contadoria do TJCE. À Secretaria da Vara, para cumprimento da decisão.
0006983-29.2014.8.06.0051	Vistos em inspeção. Ação de cumprimento de sentença ajuizada em 02/10/2014. Processo movimentado em 18/09/2019, quando foi determinada a remessa dos autos à Contadoria do TJCE para realização de cálculos. À Secretaria da Vara, para cumprimento da decisão.
0007167-82.2014.8.06.0051	Vistos em inspeção. Ação de cumprimento de sentença ajuizada em 12/11/2014. Apreciados embargos de declaração em 09/08/2018, ficando o processo paralisado até 21/08/2019, quando foi publicada a mencionada decisão judicial, a qual transitou em julgado, conforme certidão emitida em 19/09/2019. À Secretaria da Vara, para cumprir a decisão judicial.

**21.4 PROCESSOS INSERIDOS NA META 2 DO CNJ**

Processos em andamento: **140, segundo dados extraídos do SPROC – Agosto/2019**

<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0006897-24.2015.8.06.0051	Vistos em inspeção. Ação de execução de título extrajudicial ajuizada em 10/09/2015 e ainda não julgada. Processo movimentado em 16/08/2019, quando foi determinada a intimação da parte autora para cumprimento de diligência. Intimação efetivada em 05/09/2019, devendo a Secretaria da Vara, acompanhar o decurso do prazo concedido. Recomenda-se ao Juiz da Vara que imprima celeridade no processamento do feito, visando o cumprimento da Meta 2 do CNJ.
0001080-23.2008.8.06.0051	Vistos em inspeção. Ação anulatória ajuizada em 03/07/2008 e ainda não julgada. Processo movimentado em 11/04/2019, quando foi determinada a remessa dos autos ao perito, visando a realização da perícia deferida. À Secretaria da Vara, para cumprimento da decisão. Recomenda-se ao Juiz da Vara que imprima celeridade no processamento do feito, visando o cumprimento da Meta 2 do CNJ.
0000598-75.2008.8.06.0051	Vistos em inspeção. Ação de reconhecimento e dissolução de união estável ajuizada em 10/12/2008 e ainda não julgada. Processo movimentado em 18/09/2019, quando foi realizada audiência conciliatória, tendo as partes formalizado acordo (fl. 80). Ao Juiz da Vara, para prosseguimento do feito, imprimindo celeridade no seu processamento, visando o cumprimento da Meta 2 do CNJ.

**21.5 PROCESSOS INSERIDOS NA META 4 DO CNJ**

Processos em andamento: **2, segundo dados extraídos do SPROC – Agosto/2019**

<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
-----------------	---------------------

0000028-21.2010.8.06.0051	Vistos em inspeção. Ação de Improbidade Administrativa ajuizada em 17/02/2010 e ainda não julgada. Processo movimentado em 24/07/2019, quando foi determinado o cumprimento de diligências. Recomenda-se ao Juiz da Vara que imprima celeridade no processamento do feito, visando o cumprimento da Meta 4 do CNJ.
<b>21.6 PROCESSOS INSERIDOS NA META 6 DO CNJ</b>	
Processos em andamento: <b>2, segundo dados extraídos do SPROC – Agosto/2019</b>	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0004494-58.2010.8.06.0051	Vistos em inspeção. Ação Civil Pública ajuizada em 16/07/2010 e ainda não julgada. Processo movimentado em 04/09/2019, quando foi determinado o cumprimento de diligência e intimação das partes para apresentação das alegações finais. À Secretaria da Vara, para cumprimento. Recomenda-se ao Juiz da Vara que imprima celeridade no processamento do feito, visando o cumprimento da Meta 6 do CNJ.
<b>21.7 MANDADOS DE SEGURANÇA</b>	
Processos em andamento: <b>2, segundo dados extraídos do FICOVI.</b>	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0002293-78.2019.8.06.0051	Vistos em inspeção. Mandado de Segurança impetrado em 25/02/2019 e julgado em 23/07/2019.
0009697-54.2017.8.06.0051	Vistos em inspeção. Mandado de Segurança impetrado em 05/09/2017 e julgado em 11/12/2017. Processo em fase de cumprimento de sentença.
<b>21.8 PROCESSOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE</b>	
Processos em andamento: <b>90, segundo dados extraídos do FICOVI.</b>	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0000088-13.2018.8.06.0051	Vistos em inspeção. Ação de suspensão do poder familiar c/c pedido de guarda ajuizada em 26/07/2018. Decisão liminar proferida em 30/07/2018, suspendendo o poder familiar da promovida em relação ao filho, o qual foi colocado sob guarda provisória. Audiência de instrução designada para o dia 17/12/2019.
0016799-93.2018.8.06.0051	Vistos em inspeção. Ação de suspensão do poder familiar c/c pedido de guarda ajuizada em 24/01/2018. Decisão liminar proferida em 20/07/2018, suspendendo o poder familiar da promovida em relação à filha, a qual foi colocada sob guarda provisória. Citação da requerida efetivada em 12/07/2019, sem apresentação de contestação, consoante certidão emitida em 19/08/2019. Ao Juiz da Vara, para prosseguimento do feito.
0017451-13.2018.8.06.0051	Vistos em inspeção. Representação pela prática de ato infracional ofertada em 10/05/2018. Ato ocorrido em 03/05/2018. Aplicada a remissão, com fixação de medida socioeducativa de prestação de serviços a comunidade e suspensão do processo em 04/07/2018. Solicitadas informações ao CREAS acerca do cumprimento da medida imposta em 13/09/2019. À Secretaria da Vara, para colher a resposta devida.

0002301-55.2019.8.06.0051	Vistos em inspeção. Representação pela prática de ato infracional ofertada em 13/03/2019. Ato ocorrido em 30/01/2019. Aplicada a remissão, com fixação de medida socioeducativa de prestação de serviços a comunidade e suspensão do processo em 08/04/2019. Solicitadas informações ao CREAS acerca do cumprimento da medida imposta em 13/09/2019. À Secretaria da Vara, para colher a resposta devida.
0016895-11.2018.8.06.0051	Vistos em inspeção. Representação pela prática de ato infracional ofertada em 01/03/2018. Ato ocorrido em 07/02/2018. Processo julgado em 30/07/2019, com aplicação de medida socioeducativa, cuja sentença transitou em julgado em 26/08/2019. Representados encaminhados ao CREAS para cumprimento da medida aplicada.

### **21.9 PROCESSOS COM RÉUS PRESOS**

Processos em andamento: **15, segundo dados extraídos do relatório estatístico da Unidade Judiciária no período de 16 a 18/09/2019.**

<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0002915-60.2019.8.06.0051	Vistos em inspeção. Crime de homicídio e outros ocorridos em 26/06/2019. Denúncia ofertada em 17/07/2019. Decisão emitida em 19/07/2019, quando foi recebida a denúncia e ordenada a citação do acusado. Réu citado em 26/07/2019. Ao Juiz da Vara, para prosseguimento do feito.
0000711-77.2018.8.06.0051	Vistos em inspeção. Crime de homicídio ocorrido em 29/08/2018. Denúncia ofertada em 04/10/2018. Decisão de pronúncia emitida em 24/07/2019. À Secretaria da Vara, para certificação acerca da preclusão ou não da decisão de pronúncia.
0007081-82.2012.8.06.0051	Vistos em inspeção. Crime de homicídio ocorrido em 28/07/2012. Denúncia ofertada em 17/03/2015. Decisão de pronúncia emitida em 07/08/2018. Processo movimentado em 16/09/2019, quando foi determinada a intimação das partes para os fins do art. 422 do CPP.
0005990-83.2014.8.06.0051	Vistos em inspeção. Crime de homicídio ocorrido em 06/03/2014. Denúncia ofertada em 04/04/2014. Decisão de pronúncia emitida em 17/06/2019. Réu intimado em 14/08/2019. À Secretaria da Vara, para certificação acerca da preclusão ou não da decisão de pronúncia.
0002010-55.2019.8.06.0051	Vistos em inspeção. Crime de homicídio ocorrido em 07/01/2019. Denúncia ofertada em 01/04/2019. Sessão de julgamento pelo Tribunal do Júri designada para o dia 03/12/2019.

### **21.10 EXECUÇÃO PENAL**

Processos em andamento: **197, segundo dados coletados junto a Unidade.**

É utilizada a calculadora do CNJ?  Sim  Não, por que?

Atestado de Pena a cumprir é expedido anualmente?  Sim  Não, por que?

**OBS.: A Cadeia Pública de Boa Viagem está desativada desde 11/01/2019, conforme ofício da Diretoria do estabelecimento prisional (Ofício nº 29/2019). Os presos provisórios e que cumprem pena em regime fechado foram transferidos para outros estabelecimentos prisionais. Quanto aos presos condenados e que cumprem pena em regime fechado, o Juízo da 1ª Vara de Boa Viagem já declinou da competência e remeteu as guias de recolhimento para as jurisdições onde os mesmos se encontram. No concernente aos presos do regime semiaberto e aberto, os mesmos encontram-se tornozelados e cumprindo condições impostas pelo Juízo.**

**21.11 PROCESSOS DO TRIBUNAL POPULAR DO JURI**Processos em andamento: **82, segundo dados extraídos do FICOVI.**

<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0006594-49.2011.8.06.0051	Vistos em inspeção. Crime de homicídio ocorrido em 12/10/2011. Denúncia ofertada em 01/03/2012. Decisão de pronúncia emitida em 31/07/2019. Processo aguardando a finalização da intimação do réu. À Secretaria da Vara, para cumprimento do despacho judicial emitido em 10/09/2019.
0009537-63.2016.8.06.0051	Vistos em inspeção. Crime de homicídio ocorrido em 10/07/2016. Denúncia ofertada em 23/11/2016. Decisão de pronúncia emitida em 17/06/2019. Processo aguardando a finalização da intimação do réu. À Secretaria da Vara, para cumprimento do despacho judicial emitido em 16/09/2019.
0005991-34.2015.8.06.0051	Vistos em inspeção. Crime de homicídio ocorrido em 04/01/2015. Denúncia ofertada em 22/10/2015. Sessão de julgamento pelo Tribunal do Júri realizada em 13/06/2019. À Secretaria da Vara, para certificação do trânsito em julgado, e se for o caso, arquivamento e baixa dos autos.
0000674-70.2006.8.06.0051	Vistos em inspeção. Crime de homicídio ocorrido em 23/02/2006. Denúncia ofertada em 16/12/2008. Sessão de julgamento pelo Tribunal do Júri realizada em 05/06/2019. Recurso de apelação interposto em 20/08/2019. Ao Juiz da Vara, para processamento do apelo.

**21.12 ALVARÁ JUDICIAL**Processos em andamento: **8, segundo dados extraídos do FICOVI.**

<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0000442-38.2018.8.06.0051	Vistos em inspeção. Alvará judicial ajuizado em 28/08/2018 e ainda não julgado. Processo movimentado em 11/09/2019. Recomenda-se ao Juiz da Vara agilizar o encerramento da presente demanda, a qual não possui complexidade.
0002377-79.2019.8.06.0051	Vistos em inspeção. Alvará judicial ajuizado em 14/03/2019 e julgado em 23/09/2019.
0002378-64.2019.8.06.0051	Vistos em inspeção. Alvará judicial ajuizado em 14/03/2019 e julgado em 23/09/2019.
0017558-57.2018.8.06.0051	Vistos em inspeção. Alvará judicial ajuizado em 18/05/2018 e ainda não julgado. Processo movimentado em 28/08/2019. Recomenda-se ao Juiz da Vara agilizar o encerramento da presente demanda, a qual não possui complexidade.

**21.13 CURATELA**Processos em andamento: **69, segundo dados extraídos do FICOVI.**

<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0008487-02.2016.8.06.0051	Vistos em inspeção. Ação de interdição ajuizada em 10/02/2016 e ainda não julgada. Laudo pericial juntado aos autos em 01/04/2016. Estudo social apresentado em 22/07/2019. Audiência designada para o dia 29/10/2019. Recomenda-se ao Juiz da Vara agilizar o encerramento da presente demanda, a qual trata sobre pessoa portadora de doença grave.
0010142-72.2017.8.06.0051	Vistos em inspeção. Ação de substituição de curatela ajuizada em 04/12/2017 e julgada em 01/07/2019.
0005910-22.2014.8.06.0051	Vistos em inspeção. Ação de substituição de curatela ajuizada em 27/02/2014 e julgada em 01/07/2019.
0006362-03.2012.8.06.0051	Vistos em inspeção. Ação de interdição ajuizada em 15/05/2012 e julgada em 01/07/2019.



0017316-98.2018.8.06.0051	Vistos em inspeção. Ação de remoção de curador ajuizada em 16/04/2018 e ainda não julgada. Processo movimentado em 10/07/2019. Recomenda-se ao Juiz da Vara agilizar o encerramento da presente demanda, a qual trata sobre pessoa portadora de doença grave.
<b>21.14 PROCESSOS RELACIONADOS AO DIREITO DE FAMÍLIA</b>	
Processos em andamento: <b>196, segundo dados extraídos do FICOVI.</b>	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0010035-28.2017.8.06.0051	Vistos em inspeção. Ação de guarda ajuizada em 13/11/2017. Audiência de instrução designada para o dia 29/10/2019.
0010118-78.2016.8.06.0051	Vistos em inspeção. Ação de guarda ajuizada em 30/11/2016. Audiência de instrução designada para o dia 11/12/2019.
0002730-22.2019.8.06.0051	Vistos em inspeção. Ação de alimentos ajuizada em 23/05/2019. Audiência de conciliação designada para o dia 25/09/2019.
0002294-63.2019.8.06.0051	Vistos em inspeção. Ação de regulamentação de visita ajuizada em 26/02/2019. Processo movimentado em 29/08/2019, quando foi determinada a designação de audiência conciliatória, a citação da requerida e a realização de estudo social do caso. À Secretaria da Vara, para cumprimento do despacho judicial.
0002268-65.2019.8.06.0051	Vistos em inspeção. Ação de exoneração de alimentos ajuizada em 19/02/2019. Designada sessão de conciliação para o dia 17/09/2019, a qual não se realizou em razão da falta de citação/intimação do requerido, por incorreção do endereço do mesmo, consoante certidão de fl. 37. Ao Juiz da Vara, para prosseguimento do feito.
<b>21.15 PROCESSOS DO JUIZADO ESPECIAL</b>	
Processos em andamento: <b>124, segundo dados coletados junto a Unidade.</b>	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0007387-46.2015.8.06.0051	Vistos em inspeção. Ação de cobrança ajuizada em 16/12/2015 e julgada em 28/08/2019.
0016847-52.2018.8.06.0051	Vistos em inspeção. Crime de receptação culposa ocorrido em 30/01/2018. Denúncia ofertada em 26/10/2018. Audiência de suspensão processual realizada em 20/03/2019, com imposição de cumprimento de condições. À Secretaria da Vara, para certificar acerca do cumprimento das condições impostas.
0007059-53.2014.8.06.0051	Vistos em inspeção. Crime de ameaça ocorrido em 23/09/2014. Denúncia ofertada em 18/01/2016. Decisão de recebimento da denúncia em 20/01/2016. Expedida carta precatória para citação da acusada na Comarca de São Luís do Curu. Ao Juiz da Vara, para verificação da incidência da prescrição da pretensão punitiva.
0005719-74.2014.8.06.0051	Vistos em inspeção. Crime do art. 310 do CTB ocorrido em 21/01/2014. Denúncia ofertada em 20/01/2016. Audiência de suspensão processual realizada em 07/08/2018, com imposição de cumprimento de condições. À Secretaria da Vara, para certificar acerca do cumprimento das condições impostas.
0008687-09.2016.8.06.0051	Vistos em inspeção. Crime de falsidade de atestado médico ocorrido em 02/12/2015. Denúncia ofertada em 31/08/2018. Audiência de suspensão processual realizada em 30/10/2018, com imposição de cumprimento de condições. Processo em fase de cumprimento das condições impostas.
<b>21.16 PROCESSOS MAIS ANTIGOS EM TRAMITAÇÃO</b>	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>

0007936-81.2000.8.06.0051	Vistos em inspeção. Ação de execução contra a fazenda pública municipal ajuizada em 20/09/1996. Processo movimentado em 23/09/2019, quando foi determinada a expedição do precatório. À Secretaria da Vara, para cumprimento.
0006335-40.2000.8.06.0051	Vistos em inspeção. Crime de homicídio ocorrido em 18/05/1998. Denúncia ofertada em 11/11/1998. Decisão de recebimento da denúncia emitida em 16/11/1998. Apesar de o réu não ter sido pessoalmente citado, não há nos autos decisão de suspensão do processo e do prazo prescricional. Ao Juiz da Vara, para analisar a possibilidade de incidência da prescrição da pretensão punitiva.
0007816-38.2000.8.06.0051	Vistos em inspeção. Ação de execução ajuizada em 15/08/1996. Processo movimentado em 23/09/2019, quando foi determinada a intimação das partes para manifestarem-se acerca da ocorrência da prescrição intercorrente. À Secretaria da Vara, para cumprimento.
0007885-70.2000.8.06.0051	Vistos em inspeção. Ação de execução ajuizada em 26/07/1989. Processo movimentado em 23/09/2019, quando foi determinada a intimação da parte exequente para apresentação de planilha atualizada da dívida. À Secretaria da Vara, para cumprimento.
0007595-55.2000.8.06.0051	Vistos em inspeção. Ação de execução ajuizada em 06/03/1990. Processo movimentado em 23/09/2019, quando foi determinada a intimação da parte exequente para cumprir diligências. À Secretaria da Vara, para cumprimento.

## 22 RECLAMAÇÕES

**NÃO HOUVE RECLAMAÇÕES.**

## 23 RECOMENDAÇÕES

**I) Continuar atendendo a Meta 1, do CNJ, no ano de 2019, que atualmente apresenta satisfatório índice de 111,20%, conforme relatório estatístico no período de 16 a 18/09/2019.**

**II) Cumprir a Meta 2, do CNJ, no ano de 2019, julgando, até dezembro do ano corrente, no mínimo 100 feitos, uma vez que a Unidade apresenta o baixo percentual de atingimento de 30%, conforme relatório estatístico no período de 16 a 18/09/2019.**

**III) Cumprir a Meta 4, do CNJ, no ano de 2019, julgando, até dezembro do ano corrente, no mínimo 2 feitos, uma vez que a Unidade apresenta percentual de atingimento zero, conforme relatório estatístico no período de 16 a 18/09/2019.**

**IV) Cumprir a Meta 6, do CNJ, no ano de 2019, julgando, até dezembro do ano corrente, no mínimo 2 feitos, uma vez que a Unidade apresenta o baixo percentual de atingimento de 33,33%, conforme relatório estatístico no período de 16 a 18/09/2019.**

**V) Providenciar a baixa dos processos julgados e não baixados, até 19/12/2019, já que, conforme os dados obtidos do relatório estatístico no período de 16 a 18/09/2019, existem 454 processos em tal situação.**

**VI) Movimentar, até 19/12/2019, todos os processos atualmente conclusos há mais de 100 dias (594), conforme os dados obtidos do relatório estatístico no período de 16 a 18/09/2019.**

**VII) Procurar reduzir, até 19/12/2019, a taxa de congestionamento da Unidade, atualmente no percentual de 75,08%, conforme os dados obtidos do relatório estatístico no período de 16 a 18/09/2019, visando o atendimento da Meta para 2019, que é de 70,80%.**

**VIII) Procurar aumentar, até 19/12/2019, o Índice de Atendimento à Demanda da Unidade, atualmente no percentual de 110,64%, conforme os dados obtidos do relatório estatístico no período de 16 a 18/09/2019, visando o atingimento da Meta para 2019, que é de 124%.**

**IX) Realizar, periodicamente, a critério da gestão do Juiz da Vara, controle nos processos em que há postergação da apreciação de pedido liminar, principalmente quando se aguarda a apresentação de manifestação da parte contrária.**

**X) Realizar a Unidade, periodicamente, a critério da gestão do Juiz da Vara, controle da cobrança das custas finais, cumprindo o que estabelece a Lei Estadual nº 12.381/94 e a Portaria Conjunta nº 2076/2018.**

**XI) Fazer acompanhamento, periódico, a critério da gestão do Juiz da Vara, dos prazos de cumprimento dos mandados encaminhados à COMAN, porquanto foi constatado atraso na efetivação dos atos ordenados, como se viu no planilhamento supra, apesar de se verificar a vacância dos cargos de Oficiais de Justiça na Comarca de Boa Viagem.**

**XII) Dispensar a necessária atenção aos feitos mais antigos da Unidade, visando o encerramento dos mesmos.**

**XIII) Cumprir, até 19/12/2019, as recomendações pontuadas nos processos inspecionados.**

Concluídos os trabalhos da presente inspeção, observou-se que os feitos em tramitação têm bom andamento processual.

O acervo da Unidade inspecionada **diminuiu** na quantidade de **446** demandas, em comparação aos dados da última inspeção desta Corregedoria, realizada no dia 16/10/2017 – processo nº 8503381-04.2017.8.06.0026, mesmo com o acréscimo, no quantitativo de processos do módulo judiciário, de **291** feitos do Juizado Especial, redistribuídos pela 2ª Vara da Comarca de Boa Viagem (Portaria nº 04/2018 – Diretoria do Fórum).

O Dr. Carlos Henrique Neves Gondim exerce a titularidade da Vara inspecionada desde **27/01/2015**, cumulando com a responsabilidade pela vacância da Vara Única da Comarca de Pedra Branca (exercício em **02/04/2019**), apresentando excelente produtividade no período de julho de 2018 a agosto de 2019 (12 meses trabalhados), qual seja: **1.679 sentenças (média mensal – 139,92); 184 acordos (média mensal – 15,33); 853 audiências (média mensal – 71,08); 907 decisões (média mensal – 75,58); e 4.103 despachos (média mensal – 391,92).**

O magistrado encontra-se atendendo a Meta 1, do CNJ, para o ano de 2019, atingindo o índice de **111,20%**.

Constatou-se, durante os trabalhos inspecionais, que os feitos da Infância e Juventude, prioritários de idosos, de competência do Tribunal do Júri, de réus presos, de alvarás judiciais, de curatela, do Juizado Especial, do Direito de Família, Mandados de Segurança e Cartas Precatórias, tramitam com regularidade, conforme planilhamento acima.

Além disso, o Dr. Carlos Henrique Neves Gondim, nos últimos 12 meses, realizou **12 (doze)** sessões de julgamento do Tribunal do Júri da Comarca, sendo pautadas outras **11 (onze)** sessões para os meses de novembro e dezembro do ano

corrente, consoante certidão anexa.

Verificou-se, ainda, o empenho do magistrado na realização das audiências de custódia, adotando-se como praxe no Juízo inspecionado a imediata requisição do preso após o comunicado do flagrante, nos dias úteis, encaixando-se o ato na pauta regular de audiências.

Com efeito, o Dr. Carlos Henrique Neves Gondim e sua equipe de servidores, estão procurando garantir o regular desempenho dos serviços judicantes na 1ª Vara de Boa Viagem, posto que, segundo planilhamento consignado em parte específica deste relatório, percebeu-se movimentação recente na maioria dos processos fiscalizados, inclusive nos mais antigos em tramitação na Unidade.

Não há, pois, falhas graves aptas a justificar o aprofundamento da matéria no aspecto disciplinar, devendo o magistrado corrigir algumas pendências da prestação jurisdicional, mormente quando aos processos paralisados há mais de 100 dias, com a implementação das recomendações acima pormenorizadas.

Por fim, foi entregue cópia deste relatório ao Magistrado, para fins de ciência/cumprimento das recomendações realizadas.

É o relato, que ora se submete à apreciação de Vossa Excelência.

Boa Viagem/CE, 25 de setembro de 2019.

**ERNANI PIRES PAULA PESSOA JÚNIOR**

Juiz Corregedor Auxiliar